

Christopher Clark

O Reino de Ferro

Uma história da Prússia

Ascensão e Queda · 1600-1947

TRADUÇÃO DE **MIGUEL MATA**



Índice

<i>Lista de ilustrações</i>	11
<i>Lista de mapas</i>	15
<i>Agradecimentos</i>	17
<i>Introdução</i>	21
<i>História de Brandemburgo-Prússia em seis mapas</i>	28
1. Os Hohenzollerns de Brandemburgo	33
2. Devastação	51
3. Uma luz extraordinária na Alemanha	71
4. Majestade	101
5. Os protestantes	149
6. Os poderes estabelecidos	179
7. A luta pela supremacia	219
8. Ousai saber!	285
9. Húbris e némesis: 1789-1806	323
10. O mundo que os burocratas criaram	351
11. Tempos de ferro	385
12. A marcha de Deus pela história	429
13. Escalada	479
14. Esplendor e miséria da Revolução Prussiana	513
15. Quatro guerras	555
16. Fundida na Alemanha	603
17. O fim	667
<i>Notas</i>	739
<i>Índice remissivo</i>	835

Introdução

No dia 25 de Fevereiro de 1947, em Berlim, representantes das autoridades de ocupação aliadas assinaram uma lei que aboliu o Estado da Prússia. Naquele momento, a Prússia passou à história.

O Estado prussiano, que desde os seus primeiros dias foi o portador do militarismo e da reacção na Alemanha, deixa de existir de facto.

No interesse da preservação da paz e da segurança dos povos, e na intenção de garantir a reconstrução da vida política da Alemanha numa base democrática, o Conselho de Controlo decreta o seguinte:

ARTIGO 1.º

O Estado prussiano, juntamente com o seu governo central e respetivos organismos, é abolido.⁽¹⁾

A Lei N.º 46 do Conselho de Controlo Aliado foi mais do que um acto administrativo. Ao riscarem a Prússia do mapa da Europa, as autoridades aliadas julgaram-na. A Prússia não era apenas um território alemão como o Baden, o Vurtemberga, a Baviera ou a Saxónia; era a origem da moléstia alemã que tinha afectado a Europa. Era a razão pela qual a Alemanha se desviara do caminho da paz e da modernidade política. «O núcleo da Alemanha é a Prússia», disse Churchill no parlamento britânico, em 21 de Setembro de 1943. «É lá que se encontra a fonte da pestilência recorrente.»⁽²⁾ Por conseguinte, a excisão da Prússia do mapa político da Europa era uma necessidade simbólica. A sua história tornara-se um pesadelo na mente dos vivos.

O ónus daquele fim ignominioso impõe-se na temática do presente livro. No século XIX e no início do século XX, a história da Prússia foi pintada em termos muito positivos. Os historiadores protestantes

da «Escola Prussiana» celebraram o Estado prussiano como veículo de administração racional e progresso, e como libertador da Alemanha protestante das garras da Áustria dos Habsburgos e da França bonapartista. Viram no Estado-nação dominado pela Prússia, fundado em 1871, o desfecho natural, inevitável e mais conveniente da evolução histórica da Alemanha desde a Reforma.

Esta visão cor-de-rosa da tradição prussiana esfumou-se depois de 1945, quando a criminalização do regime nazi estendeu a sua longa sombra ao passado alemão. O nazismo, disse um importante historiador, não era um acidente, mas sim «o sintoma agudo de uma enfermidade crónica [prussiana]»; o austríaco Adolf Hitler tinha uma mentalidade «electiva prussiana»⁽³⁾. Ganhou terreno a visão de que a história alemã na era moderna não tinha seguido a via «normal» (isto é, britânica, americana ou europeia ocidental) para uma maturidade política relativamente liberal e tranquila. Segundo este argumento, o poder das elites e das instituições políticas tradicionais tinha sido quebrado na França, na Grã-Bretanha e na Holanda por «revoluções burguesas», mas tal nunca acontecera na Alemanha. A Alemanha seguiria uma «via especial» (*Sonderweg*) que culminara nos 12 anos da ditadura nazi.

Neste cenário de malformação política, a Prússia tinha desempenhado um papel crucial, pois era na Prússia que as manifestações da via especial pareciam mais evidentes. A principal era o poder dos *Junkers*, os latifundiários nobres dos distritos a leste do rio Elba, cuja predominância no governo, no exército e na sociedade rural tinha sobrevivido à era das revoluções europeias. As consequências, para a Prússia e, por acréscimo, para a Alemanha, tinham sido manifestamente desastrosas: uma cultura política marcada pelo iliberalismo e pela intolerância, a tendência para reverenciar o poder em detrimento da justiça legalmente consagrada, e uma tradição continuada de militarismo. A ideia central de quase todos os diagnósticos da via especial era a noção de um processo de modernização enviesado ou «incompleto», no qual a evolução da cultura política não acompanhara a inovação e o crescimento na esfera económica. Segundo esta leitura, a Prússia era o flagelo da história moderna alemã e europeia. Ao impor a sua cultura política peculiar ao novo Estado-nação alemão, abafara e marginalizara as culturas políticas mais liberais do Sul da Alemanha, logo, lançara as bases do extremismo político e da ditadura. Os seus hábitos de autoritarismo, servilismo e obediência tinham preparado o terreno para o colapso da democracia e o advento da ditadura⁽⁴⁾.

Esta mudança de paradigma na percepção histórica foi veemente contra-atacada por historiadores (principalmente alemães ocidentais e de orientação política liberal ou conservadora) apostados em reabilitar a reputação do Estado abolido. Sublinharam os seus feitos positivos: um funcionalismo público incorruptível, uma atitude tolerante em relação às minorias religiosas, um código legal (a partir de 1794) admirado e imitado pelos estados alemães, uma taxa de alfabetismo (no século XIX) ímpar na Europa, e uma burocracia de uma eficiência exemplar. Chamaram a atenção para o vigor do iluminismo prussiano. Referiram a capacidade do Estado prussiano para se transformar e reconstituir em tempos de crise. Como contrapeso ao servilismo político sublinhado pelo paradigma da via especial, destacaram episódios notáveis de insubordinação, em particular o papel desempenhado por oficiais prussianos na conspiração para assassinar Hitler, em Julho de 1944. A Prússia que apresentaram não era isenta de defeitos, mas tinha pouco em comum com o Estado racial criado pelos nazis⁽⁵⁾.

O ponto alto desta obra de evocação histórica foi a colossal exposição «Prússia – Um Balanço», inaugurada em Berlim, em 1981, que foi vista por mais de meio milhão de pessoas. Sala após sala repletas de objectos e legendas elaboradas por uma equipa internacional de académicos possibilitavam ao visitante percorrer a história prussiana através de uma sucessão de cenas e momentos. Havia parafernália militar, árvores genealógicas aristocráticas, imagens da vida na corte e quadros de batalhas, mas também salas organizadas em torno dos temas da «tolerância», da «emancipação» e da «revolução». O objectivo não era lançar uma luz nostálgica sobre o passado (mas para muitos críticos da esquerda foi apresentado de forma excessivamente positiva), mas antes alternar entre a luz e as sombras, logo, «fazer o balanço» da história prussiana. Os comentários sobre a exposição – nos catálogos oficiais e nos meios de comunicação social – centraram-se no significado da Prússia para os alemães contemporâneos. Grande parte dos debates centrou-se nas lições que se podia ou não aprender com o percurso conturbado da Prússia para a modernidade. Falou-se na necessidade de honrar as «virtudes» – por exemplo, o serviço público desinteressado e a tolerância – e de uma desassociação das características menos apetecíveis da tradição prussiana, tais como os hábitos políticos autocráticos ou a tendência para glorificar os feitos militares⁽⁶⁾.

Decorridas mais de duas décadas, a Prússia continua a ser uma ideia que divide. A unificação da Alemanha, depois de 1989, e a

transferência da capital da católica e «occidental» Bona para a protestante e «oriental» Berlim suscitou apreensão em relação à potência indomada do passado prussiano. Iria o espírito da «antiga Prússia» despertar e assombrar a República Alemã? A Prússia estava extinta, mas a «Prússia» reemergiu como símbolo político. Tornou-se uma palavra de ordem para alguns elementos da direita alemã que vêem nas «tradições» da «antiga Prússia» um contrapeso virtuoso à «desorientação», à «erosão dos valores», à «corrupção política» e ao declínio das identidades colectivas na Alemanha contemporânea⁽⁷⁾. Contudo, para muitos alemães, a «Prússia» continua a ser sinónimo de tudo o que a história alemã tem de repulsivo: militarismo, conquista, arrogância e iliberalidade. A controvérsia em relação à Prússia tende a ressuscitar sempre que os atributos simbólicos do Estado abolido são recuperados. O reenterro dos restos mortais de Frederico, o Grande, no seu palácio de Sans Souci, em Agosto de 1991, foi tema de muitas discussões fracturantes, e o plano de reconstrução do Palácio de Berlim na Schlossplatz, no coração da cidade, deu origem a disputas acaloradas⁽⁸⁾.

Em Fevereiro de 2002, Alwin Ziel, um discreto ministro social-democrata do governo estadual de Brandemburgo, alcançou fama imediata ao intervir num debate sobre a proposta de fusão da cidade de Berlim com o estado federal de Brandemburgo. «Berlim-Brandemburgo», argumentou ele, era um nome maljeitoso; porque não chamar ao novo território «Prússia?» A sugestão desencadeou uma nova vaga de debates. Os cépticos alertaram contra o renascimento da Prússia, a questão foi discutida em programas de televisão em toda a Alemanha e o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* publicou uma série de artigos sob a rubrica «A Prússia deve existir?» (*Darf Preussen sein?*) Um dos participantes foi o professor Hans-Ulrich Wehler, um dos principais exponentes da via especial alemã, cujo artigo – uma rejeição veemente da proposta de Ziel – tinha o título «A Prússia é o nosso veneno»⁽⁹⁾.

Nenhuma tentativa para compreender a história da Prússia pode escapar totalmente às questões suscitadas por estes debates. A questão do grau de implicação da Prússia nos desastres do século XX alemão tem de fazer parte de qualquer avaliação da história do Estado prussiano. No entanto, isto não significa que devamos ler a história da Prússia (nem de nenhum Estado) exclusivamente da perspectiva da conquista do poder por Hitler, e também não somos obrigados a avaliar o registo prussiano em categorias éticas binárias, elogiando a luz

e deplorando as sombras. Os julgamentos divididos que abundam no debate contemporâneo (e em partes da literatura histórica) são problemáticos porque além de empobrecerem a complexidade da experiência prussiana, comprimem a sua história numa teleologia nacional de culpa alemã. Mas a verdade é que a Prússia foi um Estado europeu muito antes de se tornar um Estado alemão. A Alemanha não foi a realização da Prússia – estou a antecipar um dos argumentos centrais deste livro –, mas sim a sua ruína.

Por conseguinte, não procurei sublinhar a virtude e o vício no registo prussiano nem pô-los na balança. Não me propus retirar «lições» nem oferecer conselhos morais ou políticos às gerações presentes ou futuras. O leitor não encontrará aqui o frio e belicista Estado de térmitas presente em alguns textos prussófobos, nem as aconchegantes cenas à lareira da tradição prussófila. Sendo um historiador australiano que escreve na Cambridge do século XXI, estou felizmente dispensado da obrigação (ou da tentação) de depolar ou celebrar o registo prussiano. O desígnio deste livro é compreender as forças que fizeram e desfizeram a Prússia.

Tornou-se recentemente moda sublinhar que as nações e os Estados não são fenómenos naturais, mas sim criações artificiais e contingentes. Diz-se que são «edifícios» que têm de ser construídos ou inventados, com identidades colectivas que são «forjadas» por actos de vontade⁽¹⁰⁾. Nenhum Estado moderno valida mais esta perspectiva do que a Prússia: foi uma montagem de fragmentos territoriais díspares sem fronteiras naturais nem cultura, dialecto ou gastronomia nacionais. Esta dificuldade foi agravada pelo facto de a expansão territorial intermitente da Prússia ter implicado a incorporação periódica de novas populações cuja lealdade ao Estado prussiano só pôde ser garantida – quando pôde – através de um árduo processo de assimilação. Fazer «prussianos» foi uma empresa lenta e vacilante cujo ímpeto começou a desaparecer muito antes de a história prussiana chegar formalmente ao fim. O próprio nome «Prússia» tem um carácter artificial, pois não tem origem no coração nortenho da dinastia Hohenzollern (a Marca de Brandemburgo, em torno da cidade de Berlim), mas sim de um ducado báltico não adjacente que constituía o território mais oriental do património hohenzollern. Foi, por assim dizer, o logótipo que os Eleitores de Brandemburgo adoptaram depois da sua elevação à realeza, em 1701. O núcleo e a essência da tradição prussiana foram a inexistência de tradição. Como esta entidade política ressequida e abstracta adquiriu carne

e ossos, como evoluiu de uma lista xilogravada de títulos principescos para algo coerente e vivo e como aprendeu a conquistar a fidelidade voluntária dos seus súbditos são as questões centrais deste livro.

Na linguagem comum, a palavra «prussiano» ainda significa uma espécie particular de disciplina autoritária, e é muito fácil imaginar a história da Prússia como o desenrolar de um plano meticoloso através do qual os Hohenzollerns aplicam gradualmente o poder do Estado, integrando as suas possessões, alargando o seu património e subjugando as nobrezas provinciais. Neste cenário, o Estado nasce da confusão e da obscuridade do passado medieval, cortando os seus laços com a tradição, impondo uma ordem racional que tudo abarca. Este livro propõe-se contestar esta narrativa. Primeiro, procura abrir o registo prussiano de forma que tanto a ordem como a desordem tenham o seu lugar. A experiência da guerra – o tipo mais terrível de desordem – é uma constante na história prussiana, acelerando e retardando de forma complexa o processo de construção do Estado. Quanto à consolidação interna do Estado, deve ser vista como um processo casual e improvisado que se desenrolou num quadro social dinâmico e, por vezes, instável. A «administração» foi ocasionalmente um sinónimo de agitação controlada. No século XIX ainda existiam muitas zonas das terras prussianas onde a presença do Estado mal era perceptível.

Todavia, isto não significa que devamos relegar «o Estado» para as margens da história da Prússia. Devemos compreendê-lo como um artefacto da cultura política, uma forma de consciência reflexiva. Uma das características notáveis da afirmação intelectual da Prússia é que a ideia de uma história distintamente prussiana esteve sempre interligada com declarações sobre a legitimidade e a necessidade do Estado. Por exemplo, em meados do século XVII, o Grande Eleitor argumentou que a concentração do poder nas estruturas executivas do Estado monárquico era a garantia mais fiável contra a agressão externa. Porém, este argumento – por vezes repetido pelos historiadores sob a rubrica de um «primado da política externa» objectivo – fez parte da história da evolução do Estado; foi um dos instrumentos retóricos com os quais o príncipe sustentou as suas pretensões ao poder soberano.

Dizendo a mesma coisa de maneira diferente: a história do Estado prussiano é também a história da história do Estado prussiano, dado que o Estado prussiano criou a sua história à medida que foi avançando, desenvolvendo um relato cada vez mais complexo da sua trajectória no passado e dos seus propósitos no presente. No princípio do século XIX,

a necessidade de reforçar a administração prussiana face ao desafio revolucionário da França deu origem a uma escalada discursiva única. O Estado prussiano legitimou-se a si próprio como portador do progresso histórico em termos tão altissonsantes que se tornou o modelo de um tipo específico de modernidade. Contudo, nas mentes dos contemporâneos cultos, a autoridade e a sublimidade do Estado tinham pouco a ver com o seu peso real na vida da grande maioria dos seus súbditos.

Há um contraste intrigante entre a modéstia do dote territorial ancestral da Prússia e a eminência do seu lugar na história. Os visitantes de Brandemburgo, a província nuclear histórica do Estado prussiano, ficam sempre admirados com a escassez dos seus recursos e o provincialismo sonolento das suas cidades. Havia pouco que indicasse – e muito menos que explicasse – a extraordinária carreira histórica de Brandemburgo como entidade política. «Alguém devia escrever qualquer coisa sobre o que está a acontecer», escreveu Voltaire no princípio da Guerra dos Sete Anos (1756–1763), enquanto o seu amigo, o rei Frederico da Prússia, se via e desejava para repelir as forças conjuntas da França, da Áustria e da Rússia. «Valeria a pena explicar como é que a região arenosa de Brandemburgo adquiriu tanto poder que foram reunidas contra ela forças mais poderosas do que contra Luís XIV.»⁽¹¹⁾ O aparente desequilíbrio entre a força do Estado prussiano e os seus recursos ajuda a explicar uma das características mais curiosas da história da Prússia enquanto potência europeia, a saber, a alternância de momentos de força precoce com momentos de fraqueza perigosa. Na consciência do público, a Prússia está associada à memória de vitórias militares: Rossbach, Leuthen, Leipzig, Waterloo, Königgrätz, Sedan. Mas durante a sua história, Brandemburgo–Prússia esteve várias vezes à beira da extinção política: durante a Guerra dos Trinta Anos, durante a Guerra dos Sete Anos e em 1806, quando Napoleão esmagou o exército prussiano e perseguiu o rei pelo Norte da Europa, até Memel, na extremidade mais oriental do seu reino. Fases de armamento e consolidação militar alternaram com longos períodos de contracção e declínio. O lado negro do sucesso inesperado da Prússia foi o sentimento de vulnerabilidade permanente que deixou uma marca distintiva na cultura política do Estado.

Este livro aborda a forma como a Prússia foi feita e desfeita. Só com uma apreciação de ambos os processos podemos compreender como um Estado que esteve tão presente na consciência de tanta gente despareceu de forma tão abrupta e completa da arena política.

História de Brandemburgo-Prússia em seis mapas

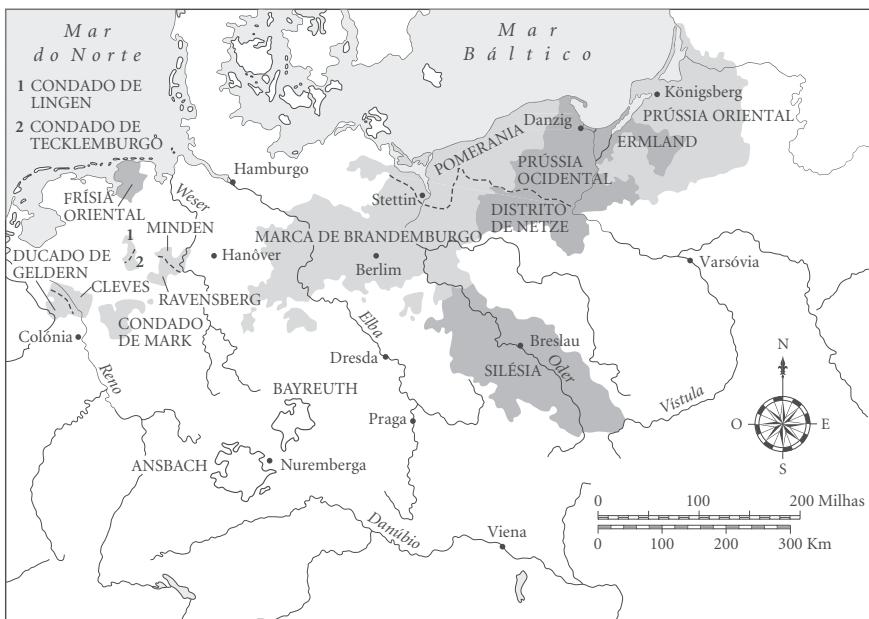
*Fonte: Otto Büsch e Wolfgang Neugebauer (orgs.),
Moderne Preußische Geschichte 1648–1947. Eine Anthologie
(3 vols., Walter de Gruyter, Berlim, 1831),
vol. 3. Reprodução graciosamente autorizada.*



Mapa 1. O Eleitorado de Brandemburgo na altura da sua aquisição pelos Hohenzollerns, em 1415



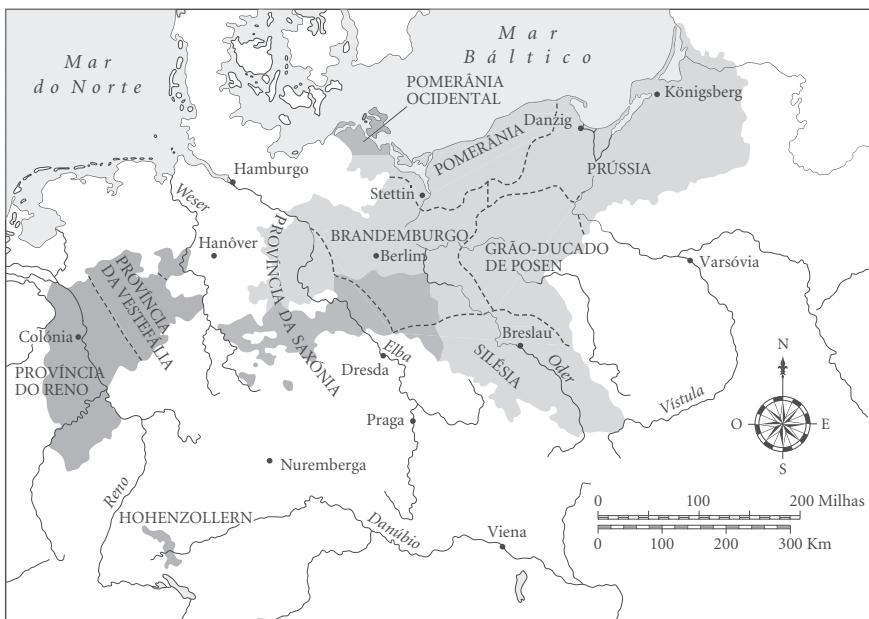
Mapa 2. Brandemburgo-Prússia na época do Grande Eleitor (1640-1688)



Mapa 3. O Reino da Prússia na época de Frederico, o Grande (1740-1786)



Mapa 4. A Prússia durante o reinado de Frederico Guilherme II, com os territórios adquiridos durante as segundas e terceira partilhas da Polónia



Mapa 5. A Prússia depois do Congresso de Viena (1815)



Mapa 6. A Prússia na época do Kaiserreich, 1871-1918

Os Hohenzollerns de Brandemburgo

O CENTRO

No princípio, existia apenas Brandemburgo, um território com cerca de 40 000 km² em torno da cidade de Berlim. Era o centro do Estado que ficaria conhecido por Prússia. A região de Brandemburgo, situada no meio da planície desoladora que se estende da Holanda ao Norte da Polónia, raramente atrai visitantes. Não possui pontos de referência geográficos. Os rios que a atravessam são lentos e sinuosos, não têm a grandeza do Reno ou do Danúbio. Uma grande parte da sua superfície estava coberta por florestas monótonas de bétulas e abetos. Em 1598, o topógrafo Nicholaus Leuthinger, autor de uma descrição de Brandemburgo, escreveu sobre uma «terra plana, arborizada e quase toda pantanosa». «Areia», planura, «pauis» e «áreas incultas» são lugares-comuns nas primeiras descrições, mesmo nas mais elogiosas⁽¹⁾.

O solo de uma grande parte de Brandemburgo era de má qualidade. Em algumas regiões, em especial em torno de Berlim, era tão arenoso e leve que não cresciam árvores. Neste aspecto, pouca coisa mudara no século XIX: um viajante inglês que chegou a Berlim vindo do Sul, no pico do Verão, descreveu «vastas regiões de areia nua e ardente; aldeias escassas e distantes umas das outras, bosques de abetos definhados em terreno esbranquiçado e coberto por uma camada espessa de líquenes»⁽²⁾.

Num comentário que ficou célebre, Metternich comentou que a Itália era uma «expressão geográfica». Não se podia dizer a mesma coisa de Brandemburgo. Era uma terra sem acesso ao mar nem defesas naturais. Era uma entidade puramente política, reunida a partir de terras conquistadas aos eslavos pagãos na Idade Média e povoadas

por imigrantes oriundos da França, da Holanda, do Norte de Itália e da Inglaterra, bem como das terras alemãs. O carácter eslavo da população foi gradualmente eliminado, embora no século XX ainda existissem bolsas de falantes de eslavo – os «vênedos» – nas aldeias da Spreewald, perto de Berlim. A natureza fronteiriça da região, a sua identidade como limite oriental do povoamento cristão alemão, ficou semanticamente conservada no termo «*Mark*» ou «*Marca*», usado para o conjunto de Brandemburgo e para quatro das suas províncias constituintes: a Mittelmark, em torno de Berlim, a Altmark, a oeste, a Uckermark, a norte, e a Neumark, a leste (a quinta era Prignitz, a noroeste).

Os meios de transporte eram primitivos. Dado que o Brandemburgo não tinha costa, não havia nenhum porto de mar. Os rios Elba e Oder corriam para o mar do Norte e para o Báltico pelos flancos ocidental e oriental da Marca, mas como não existia nenhuma via fluvial entre eles, as cidades de Berlim e Potsdam não tinham acesso directo às artérias de transporte da região. Em 1548, iniciaram-se trabalhos de construção de um canal para ligar o Oder ao rio Spree, que corria entre Berlim e a sua cidade-irmã de Cölln, mas o projecto revelou-se demasiado dispendioso e foi abandonado. Tendo em conta que no



período em causa o transporte por terra era muito mais caro do que por água, a escassez de vias fluviais leste-oeste navegáveis era uma grande desvantagem estrutural.

Brandemburgo localizava-se fora das principais regiões alemãs de manufatura especializada baseada na agricultura (vinho, garança, linho, fustão, lã e seda), e não estava particularmente bem dotado dos recursos minerais que eram cruciais na época (prata, cobre, ferro, zinco e estanho)⁽³⁾. O centro de actividade metalúrgica mais importante era a fundição estabelecida na cidade fortificada de Peitz nos anos 50 do século XVI. Uma ilustração contemporânea mostra edifícios de tamanho considerável situados entre vias fluviais artificiais. Uma grande roda hidráulica movia os martelos pesados que achavam e moldavam o metal. Peitz tinha alguma importância para o Eleitor, cujas guarnições dependiam das suas munições, mas de resto tinha pouco significado económico. O ferro produzido na cidade tendia a partir-se quando fazia frio. Por conseguinte, Brandemburgo não podia competir nas exportações para os mercados regionais e o seu emergente sector metalúrgico não teria sobrevivido sem os contratos garantidos pelo governo nem as restrições às importações⁽⁴⁾. Não tinha nada que se comparasse com as prósperas fundições do Eleitorado da Saxónia, a sudeste, que era rico em minério, e não gozava da auto-suficiência em armamento que permitiu à Suécia afirmar-se como potência regional no início do século XVII.

As primeiras descrições da topografia agrária de Brandemburgo transmitem uma impressão ambígua. A fraca qualidade do solo de grande parte do território significava que o rendimento agrícola de muitas regiões era baixo. Em alguns lugares, o solo esgotava-se tão rapidamente que só podia ser semeado a cada seis, nove ou doze anos, para não falar nas zonas de dimensões consideráveis de «terra infértil» ou pântanos onde não era possível cultivar nada⁽⁵⁾. Por outro lado, havia regiões – em especial, na Altmark, na Uckermark e na fértil Havelland, a oeste de Berlim – com terrenos aráveis suficientes para suportarem o cultivo intensivo de cereais, e aqui, em 1600, havia sinais de real vitalidade económica. Nas condições favoráveis do longo ciclo de crescimento europeu do século XVI, os proprietários agrícolas da nobreza de Brandemburgo acumularam fortunas impressionantes com a produção de cereais para exportação. As provas desta abastança eram visíveis nas elegantes casas renascentistas – não sobreviveu praticamente nenhuma – construídas pelas famílias mais ricas, no envio dos filhos

para universidades estrangeiras, e no aumento acentuado do valor das propriedades agrícolas. As vagas de alemães da Francónia, dos estados saxões, da Silésia e da Renânia que emigraram para Brandemburgo para se estabelecerem em quintas desertas, no século XVI, foram mais sinais de uma prosperidade crescente.

No entanto, existem poucos indícios de que os lucros, mesmo os dos latifundiários mais bem-sucedidos, tenham contribuído para ganhos de produtividade ou para o crescimento económico a longo prazo a uma escala mais do que regional⁽⁶⁾. O sistema senhorial de Brandemburgo não libertava mão-de-obra excedentária nem gerava poder de compra suficientes para estimular um desenvolvimento urbano como o da Europa Ocidental. As cidades desenvolveram-se como centros administrativos e de indústria e comércio locais, mas permaneceram de tamanho modesto. Em 1618, aquando da eclosão da Guerra dos Trinta Anos, a capital, um centro urbano compósito chamado Berlim-Cölln, tinha apenas 10 000 habitantes – Londres tinha cerca de 130 000.

A DINASTIA

Como é que aquele território pouco prometedor se tornou o centro de um Estado europeu poderoso? A resposta encontra-se, em parte, na prudência e na ambição da dinastia reinante. Os Hohenzollerns eram um clã de magnatas do Sul da Alemanha decididos a enriquecer e a obter mais poder. Em 1417, Frederico Hohenzollern, burgrave do pequeno mas rico território de Nuremberga, comprou Brandemburgo ao seu soberano, o imperador Sigismundo, por 400 000 florins de ouro húngaros. A transacção, além de território, também trouxe prestígio, dado que o Brandemburgo era um dos sete Eleitorados do Sacro Império Romano, uma manta de retalhos de Estados grandes e pequenos que se estendia pela Europa alemã. Ao adquirir o seu novo título, Frederico I, Eleitor de Brandemburgo, entrou num universo político que desapareceu completamente do mapa da Europa. O «Sacro Império Romano da Nação Alemã» era essencialmente um sobrevivente do mundo medieval da monarquia cristã universal, da soberania mista e dos privilégios corporativos. Não era um «império» no sentido moderno de sistema de governação imposto por um território a outros, mas sim um tecido pouco coeso de esquemas constitucionais centrado na

corte imperial e que abarcava mais de 300 entidades territoriais soberanas que variavam muitíssimo em dimensão e estatuto jurídico⁽⁷⁾. Os súbditos do império, além dos alemães, incluíam valões francófonos, flamengos da Holanda e dinamarqueses, checos, eslovacos, eslovenos, croatas e italianos das periferias norte e leste da Europa. O principal órgão político era a dieta imperial, uma assembleia de enviados que representavam os principados, os bispados, abadias e condados soberanos, e as Cidades Livres imperiais (mini-estados independentes como Hamburgo e Augsburgo) que constituíam os «Estados» do Império.

Esta paisagem política variegada era presidida pelo sacro imperador romano. O seu cargo era electivo – cada novo imperador tinha de ser escolhido em concerto pelos Eletores – e em teoria podia ser ocupado por um candidato de qualquer dinastia elegível. Porém, desde finais da Idade Média até à abolição formal do Império, em 1806, a escolha caiu quase sempre no membro masculino mais importante da família dos Habsburgos⁽⁸⁾. Nos anos 20 do século XVI, depois de uma série de casamentos vantajosos e de sucessões felizes (as mais importantes foram a Boémia e a Hungria), os Habsburgos eram, de longe, a dinastia alemã mais rica e poderosa. As terras da coroa boémia incluíam o ducado da Silésia, rico em minerais, e os margraviatos da Alta e Baixa Lusácia, dois grandes centros industriais. Por conseguinte, a corte dos Habsburgos passou a controlar um conjunto de territórios impressionante que se estendia da orla ocidental da Hungria à fronteira sul de Brandemburgo.

Quando se tornaram Eletores de Brandemburgo, os Hohenzollerns francónios entraram para uma pequena elite de príncipes alemães – eram apenas sete – com o direito de eleger o sacro imperador romano da Nação Alemã. O título de «Eleitor» era um activo com uma importância enorme. Conferia uma preeminência simbólica com expressão visível, não só nas insígnias de soberania e nos rituais políticos da dinastia, mas também nos ceremoniais complexos inerentes a todas as funções oficiais do Império. Além disso, deu aos soberanos de Brandemburgo a possibilidade de poderem trocar o voto eleitoral do seu território por concessões políticas e dádivas do imperador. Estas oportunidades surgiam não só por ocasião das eleições imperiais, mas também sempre que o imperador procurava garantir apoios para o seu sucessor.